

Sayad diz que Brasil já tem condição de negociar dívida

Darci Higobassi

SAO PAULO— O Brasil já tem condições básicas para negociar a sua dívida externa a partir da adoção do Plano Bresser, que é uma espécie de aspirina para conter a hemorragia do lónte, representada pela volta das altas taxas de inflação no primeiro semestre deste ano. O país tem fôlego de seis meses, para, em clima de estabilidade econômica, definir sua Constituição e negociar a dívida externa em condições que permitam o seu crescimento sem recessão e reduzir o déficit público, como prega o plano macroeconômico.

— Agora, só falta se chegar a fórmulas criativas, como a conversão da dívida — sugeriu o defensor dessa tese, o ex-ministro João Sayad, durante debate sobre o plano macroeconômico, com outro ex-ministro, Delfim Netto, promovido pela Ordem dos Economistas de São Paulo.

Delfim Netto criticou o plano macroeconômico do governo, afirmando que a sua única virtude é a de reconhecer que é possível promover-se o desenvolvimento econômico sem a preocupação de atrelá-lo às remessas de lucros. Delfim Netto considerou “ingênuo” o modelo de simulação em que são previstas três variáveis (área externa, a capacidade produtiva e a demanda interna) para que o plano tenha êxito.

As divergências de idéias dos dois ex-ministros começaram antes do debate e continuaram depois dele. Ao comentar as medidas do Conselho Monetário Nacional (aumento do compulsório para reduzir o excesso de liquidez de mercado), defendidas por Sayad, Delfim afirmou que o governo está praticando uma falsa política monetária. “O que ele faz, na verdade, é uma política para aumentar a sua receita e nada mais do que isso — disparou Delfim, para quem o Plano Bresser já está a caminho do fracasso.

— Daqui a um ou dois meses, haverá o

Cruzado IV e até o final do governo Sarney, o país terá uns 18 cruzados — brincou o ex-ministro dos governos militares. Sayad, por sua vez, entende que o governo agiu corretamente ao aumentar o compulsório, medida necessária, segundo ele, para que o país continue a conviver com taxas baixas de inflação. Cauteloso, não quis arriscar nenhum número para os próximos meses.

Enquanto Delfim preferiu, na exposição, concentrar sua análise no plano macroeconômico, Sayad preferiu outra estratégia. Durante 39 minutos (16 a mais do que Delfim), ele discorreu sobre o país que vive uma fase de consolidação democrática e que, por isso mesmo, procura encontrar soluções para os seus problemas com outra postura. “A moderação é indispensável para a construção da ordem democrática”, lembrou Sayad, para quem é fundamental o tratamento de choque para o combate à inflação, porque isso evita que o país caia numa dura recessão. Delfim, que era o todo-poderoso da economia, na recessão de 81-83, defende o contrário: a economia de mercado, com eficiência produtiva e um mínimo de liberdade, descartando o congelamento como forma de se resolver os problemas do país.

Ao falar sobre os investimentos estrangeiros, Delfim Netto disse que o país afugentou os investidores “ao decretar a moratória”, mas Sayad retrucou, afirmando que o problema é outro, lembrando que as mudanças na economia norte-americana, a expectativa das regras de conversão e o deságio da dívida são os motivos que levam o investidor estrangeiro a protelar uma decisão sobre aplicações no Brasil.

Delfim e Sayad também não chegaram a um acordo quanto ao problema do déficit público. Delfim acredita que o déficit público, este ano, chegue aos 7% do PIB, “um número insuportável”, enquanto Sayad afirmou ser “exagerada” a previsão, dizendo que ele vai ficar entre 3,5% e 4%.